

GENOCÍDIO DO YANOMAMI: MORTE DO BRASIL

CCPY

Comissão pela Criação do
Parque Yanomami



Prefácio	1
<i>Ailton Krenak</i>	
Apresentação	2
<i>Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY</i>	
O convívio dos Yanomami com a natureza	3
<i>Alcida Ramos</i>	
O convívio entre os Yanomami	10
<i>Alcida Ramos</i>	
A vida dos Yanomami ameaçada de extermínio	13
<i>Dermi Azevedo</i>	
Uma sociedade de contato recente	13
O processo de invasão	13
A cobiça de ouro acima de tudo	15
A invasão geopolítica	18
Dividir para destruir	18
A destruição da natureza	19
Uma ação urgente	20
Mapa do território Yanomami	21
<i>Elaborado pela equipe PIB/CEDI e CCPY-1988</i>	
Sou índio mais feliz	22
<i>Davi Kopenawa Yanomami</i>	

Fotografias: *Claudia Andujar*
 Capa: Catrimani, 1976
 Pág. 1: Catrimani, 1976
 Pág. 4: Jundia, 1974
 Pág. 7: Jundia, 1974
 Pág. 11: Catrimani, 1974
 Pág. 14: Rodovia Perimetral Norte, 1981
 Pág. 17: Ericó, 1980
 Pág. 23: Davi Kopenawa Yanomami, 1985
 4ª Capa: Ajarani, 1981

Projeto Gráfico: *Fernando Mascaro / Roberto Strauss*

Impressão: *Raízes*



Prefácio

Ailton Krenak

As grandes montanhas, que até ontem guardaram o último refúgio deste povo estão sendo removidas pela violência, a filha da ganância.

Os rios e igarapés, nossos irmãos menores, são devassados pelas dragas, feridos de morte. Os animais desaparecem sob a voragem dos aventureiros que buscam a riqueza fácil. Estão ameaçadas as últimas regiões sagradas do Universo Yanomami, Yanam e Sunuma.

Virá o dia e o tempo virá de se cumprir a grande profecia dos filhos de Omam “quando os lugares sagrados forem tocados, a noite virá, virá a noite como a brisa da manhã, pois eu estarei me pondo fraco. A noite virá como o vento, pois eu estarei morrendo”.

Por tudo isto, a vida destes meus parentes e o respeito a seus territórios diz respeito a mim, a você, e principalmente, à integridade da nação brasileira.

Apresentação

Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY

A exposição "GENOCÍDIO DO YANOMAMI: MORTE DO BRASIL", mostra através de um audiovisual com sistema de multivisão, a vida tradicional dos Yanomami e as conseqüências, para os índios e a floresta, do contato com a civilização.

O povo indígena Yanomami, o maior das Américas que ainda mantém praticamente intactas as tradições culturais de seus antepassados, vive na Amazônia, na fronteira do Brasil com a Venezuela, numa área de 9 milhões de hectares de florestas tropicais, lagos e montanhas que é uma das maiores reservas ecológicas do mundo.

Isso tudo está agora ameaçado de desaparecer. Nos últimos dois anos a região vem sendo invadida ilegalmente por milhares de garimpeiros que, na procura do ouro, destroem a floresta e envenenam os rios, levando doença e morte aos índios.

A exposição, baseada em vinte anos de trabalho da fotógrafa Claudia Andujar entre os Yanomami, homenageia o índio Yanomami Davi Kopenawa, que recebeu o Prêmio Global 500 das Nações Unidas por sua contribuição à luta em defesa do meio ambiente.

Esperamos que esta exposição consiga atrair o apoio do maior número possível de pessoas à causa Yanomami, pois disso depende a sobrevivência desse povo.

É um apelo feito à sua consciência.

São Paulo, 6 de abril de 1989

O convívio dos Yanomami com a natureza

Alcida Ramos

São mais de vinte mil índios. Para os brancos, eles são Yanomami. Para si mesmos, são Yanomami, Yanomam, Sanumá, Yanam. Seu território estende-se das cabeceiras do rio Orinoco, na Venezuela, para além do traçado da rodovia Perimetral Norte, no Brasil. Seu habitat é a floresta tropical que, como um tapete contínuo, reveste a faixa montanhosa da fronteira e as terras baixas que se espraiam de cada lado das serras Parima-Pacaraima.

O povo indígena Yanomami é o maior das Américas que, em sua maioria, continua vivendo as tradições culturais de seus antepassados. Essas tradições, entretanto, estão agora sob a ameaça de desaparecer por força da expansão maciça da fronteira econômica de mineração.

As quatro línguas Yanomami conhecidas são todas relacionadas entre si e estima-se em seis a 35 séculos o ponto histórico em que elas começaram a se diferenciar de um tronco comum. Hoje em dia, apesar dessas diferenças lingüísticas, todos os Yanomami podem comunicar-se entre si, com dificuldades maiores ou menores, semelhantes às que experimentam os que falam português, espanhol, italiano ou francês.

Uma grande parte dos Yanomami escolhe os locais de residência em terreno alto, longe de grandes rios, o que pode transformar as viagens a pé entre comunidades num exercício de subidas e descidas, às vezes a mais de 45 graus de declive. A maior parte das comunidades abastece-se de água

de igarapés ou nascentes. Isto é também uma ocasião para um constante exercício físico, pois essas fontes estão ou longe ou no pé dos morros.

O maciço das Guianas, divisor de águas entre as bacias dos rios Orinoco e Amazonas, é coberto de floresta tropical, com uma diferenciação ecológica própria de terras baixas e terras altas. Enquanto se encontram castanheiras e palmeiras, como inajá e buriti, nas planícies do sul do território Yanomami (como, por exemplo, no vale dos rios Ajarani e Catrimani), elas não são vistas nas elevações das serras Parima e Pacaraima.

Assim como as famílias Yanomami não é monoliticamente uniforme, a floresta também demonstra uma rica diversidade de fauna e flora por baixo do grande tapete verde que, de avião, se deixa perceber como interminavelmente igual.

As comunidades das serras estão em altitudes que variam de 500 a 1200 metros acima do nível do mar. O clima é úmido, mas a temperatura é bastante amenizada pela altitude; durante o dia é raramente insuportável, ficando entre os 25 e 30 graus centígrados e, à noite, os brancos precisam recorrer a cobertores e fogueiras para dormirem com conforto, quando a temperatura lá fora é de 10 a 16 graus.

Esse quadro térmico, variável nas 24 horas do dia, não oscila muito durante o ano, entre a época das chuvas e a seca. Nas chuvas, a paisagem transforma-se radicalmente: pequenos igarapés de leite cristalino tornam-se vastos caudais



barrentos; cantinhos agradáveis da floresta, onde se acampa na seca, ou indescritíveis emaranhados de galharia heterogênea, abrigando vespas, espinhos e bellssimas flores, por onde se percorre à busca de rãs, cipó, peixinhos, caranguejos e outras coisa da mata, transformam-se em aguaceiros impossíveis de atravessar a pé. Tudo transforma-se em um grande lago que afugenta animais e a maior parte das pessoas. Em consequência da variação sazonal, os recursos naturais são diferentes durante o ano. Certos produtos, como frutas, nozes, larvas, ninhos de vespa, lagartas, castanhas, só aparecem em alguns meses. Muitos animais, como, por exemplo, a paca e a capivara, são presas de caça mais fáceis na seca, quando a água dos igarapés se retrai e esses animais acabam se aproximando mais da beira dos rios, das roças e até das aldeias. A seca é a época das visitas, das caçadas coletivas, dos acampamentos de famílias inteiras na mata e do cerimoniais em homenagem aos mortos. A grandiosidade crescente dos rios, a partir da cadeia de montanhas que compõem o divisor de águas e que correm em direção ao sul, descendo até o Amazonas, contrasta com o emaranhado de igarapés, bloqueados por troncos e galhos característicos das cabeceiras. Os rios de médio porte, como o Cauaboris no Amazonas ou o Ericó em Roraima, são rios modestos, pelos padrões amazônicos mas, aos olhos dos Yanomami, são grandes cursos de água.

Seus afluentes, meros igarapés, cuja largura nos pontos mais amplos corresponde a pouco mais do que à de uma canoa

atravessada, têm uma proporção mais familiar e confortável para o modo de vida Yanomami, com suas margens lodosas mostrando pegadas de animais, esconderijos de caranguejos, sinais de inimigos e todo um manancial de indícios para eles facilmente detectados.

Nesses igarapés, está inscrita uma geografia que também é história.

Esses igarapés estão muito presentes nos relatos históricos, nos movimentos de gente, de aldeias, de animais e de espíritos. É como se fossem as veias e os capilares que regam não só de água, mas de memória e significado cultural, o corpo prático e simbólico da sociedade Yanomami.

Igualmente importantes são as trilhas que ligam as várias aldeias. Mais diretas que os igarapés, elas traçam caminhos repletos de informação que os Yanomami vão contando em viagens curtas de poucas horas ou longas de dias inteiros, informações sobre memoráveis caçadas, encontros amorosos ou com espíritos, flagrantes de inimigos escondidos.

Essas trilhas, que se irradiam de cada aldeia, constróem uma elaborada teia de caminhos, ligando roças novas e velhas, territórios de caça, locais de coleta e pesca, acampamentos de verão, aldeias vizinhas e aldeias distantes. É como se fossem nervos condutores de sentido, perpassando aldeias, roças, mata e o sobrenatural. Trilhas e igarapés, como que compondo um sistema de nervos e veias, tecem a trama

intrincada de uma topografia que se humaniza ao inscrever eventos marcantes, incorporando-os ao mundo de saberes e representações do povo.

A roça é o espaço de subsistência, mas não é só. É também o resultado de trabalho conjunto e uma fonte de interação social que vai desde o corte e queimada a muitas mãos, a encontros amorosos legítimos ou fortuitos.

Os Yanomami cultivam mandioca, macaxeira, cará, taioba, batata doce, banana, cana-de-açúcar, mamão, fumo e vários tipos de plantas utilizadas na produção de artefatos como flechas, ornamentos e substâncias de valor mágico-religioso.

Estas últimas prestam-se a vários fins, dependendo da espécie ou variedade: umas servem para fazer as crianças crescer; outras para ganhar o amor de uma mulher; outras ainda servem para fazer magia contra algum desafeto.

Em dois anos, uma roça já perdeu muito de sua produtividade. As ervas daninhas tomam conta e é hora de fazer outro roçado. Num dado período de tempo, uma família pode ter duas ou mais roças em estágios diferentes: uma velha, outra em pleno vigor e outra ainda por plantar ou imatura. O trabalho de limpar as ervas daninhas é tão grande que é preferível começar outra do zero.

Mas a vantagem de se abandonar uma roça velha ao assalto das ervas é que estas são, na verdade, o primeiro indício de rejuvenescimento da floresta. Primeiro, pequenos arbustos espinhosos, depois árvores de médio porte, características de

capoeira, vão abrindo caminho e protegendo, com suas sombras, os brotos das grandes árvores que, sem o completo destocamento até à raiz, conseguem refazer-se do corte e queima e do uso intensivo dos nutrientes do solo pelas plantas cultivadas durante dois ou três anos. Calcula-se que, na região do Maciço da Guianas, a floresta pode voltar ao antigo vigor em cerca de 100 anos, se não for reutilizada nesse espaço de tempo.

Uma roça velha não é, estritamente falando, abandonada por um longo tempo. Ficam ainda alguns produtos a que a família recorre, ano após ano, como a pupunha e a banana.

A pupunheira é uma palmeira que leva vários anos para crescer e amadurecer. Quando começa a produzir, a roça onde foi plantada já está irreconhecível, totalmente tomada pela capoeira. Os Yanomami voltam regularmente às suas pupunheiras na época da seca. Durante semanas, as casas se enchem dos cachos da fruta vistosa e gorda, altamente apreciada por todos pelo seu sabor e capacidade de sustento.

A floresta, da qual as roças são pequenas transformações temporárias, é a base para a circunscrição territorial de uma aldeia ou grupo de aldeias. O conceito Yanomami de floresta carrega, entre outras coisas, a idéia de lar, o lugar ao qual se pertence, "a terra de minha gente". Deixa transparecer o conforto e o aconchego do que é familiar.

A floresta fornece a caça e a coleta. Domínio masculino por excelência, a caça pode ser feita individualmente ou em grupo,



no dia a dia ou para rituais. A primeira é praticada o ano inteiro, enquanto a coletiva é organizada mais na seca, envolvendo homens de uma única aldeia ou anfitriões e hóspedes, durante visitas prolongadas, quando viajam com toda a família. Caçam, principalmente, anta, caititu, queixada, capivara, cotia, paca, tatu, várias espécies de macaco e uma quantidade de pássaros, desde o mutum a um tipo de perdiz. Existe uma espécie de recato em se levar a público o sucesso de uma caçada, parecido com o pudor que os brancos têm em tornar pública a renda familiar. O caçador chega à aldeia carregando sua presa que, se for pequena, vem embrulhada em folhas, se for grande, vem exposta e fica logo à vista. Ele chega sem olhar para os lados, segue compenetrado o caminho para casa, em silêncio, atira o animal ao chão e faz de conta que não é nada que lhe diz respeito. As pessoas em volta também agem como se nada houvesse, até que começa a movimentação para cortar a carne, antes de distribuí-la pela aldeia.

Entre os fatores que influem na maior ou menor abundância de carne de caça, incluem-se a natureza do terreno quanto à variedade de nichos ecológicos, num dado território de caça, o tamanho da comunidade e o tempo de sua permanência no mesmo local. Uma grande concentração de pessoas no mesmo lugar, por muito tempo, invariavelmente faz rarear a caça e é um dos motivos para os deslocamentos da aldeia.

A coleta de produtos silvestres é muito importante para a alimentação dos Yanomami. Sem o resultado espetacular de

uma boa caçada ou de uma carga desmesurada de mandioca, petiscos como larvas, favos de mel, rãs, caranguejos, frutas de vários tipos, cogumelos, castanhas e outras coisas comestíveis chegam à aldeia em modestas trouxinhas de folhas. Chegam, porém, com regularidade suficiente para contribuir bastante no suprimento de vitaminas, proteínas, sais minerais, além de uma apreciada variedade de sabores.

Na época da bacaba, açáí e outros frutos de palmeiras, eles são trazidos em grandes quantidades e logo consumidos em forma de suco. A coleta pode ser combinada com pescarias curtas por grupos de mulheres, de homens ou por casais. No caminho, apanha-se também o que for preciso, como, por exemplo, o cipó para fazer cestas.

A pesca para os Yanomami é, em geral, menos importante do que as outras atividades produtivas. Por exemplo, não fazem armadilhas, nem usam redes. Pescam principalmente com linha e anzol, arco e flecha e timbó. É nas pescarias coletivas que o timbó é utilizado. Ele provoca uma asfixia temporária nos peixes; os que não são apanhados, conseguem recuperar-se do efeito que o veneno produz.

São escolhidos pequenos cursos de água lenta ou bacias dos rios maiores, formadas pela vazante. É comum ver aldeias inteiras, homens, mulheres e crianças de todas as idades, cestas em punho, irem rio abaixo apanhando peixe, numa excitação de gritos, exclamações, tropeços, tombos e gargalhadas. É muito divertido.

Percebe-se uma gradação suave nas atribuições das crianças. Até pouco antes da puberdade, meninos e meninas têm uma enorme liberdade para brincar juntos, embora haja uma tendência maior de delegar às meninas a tarefa de tomar conta dos irmãos menores, o que não as impede de participar da maioria das brincadeiras.

Mais do que seres incompletos, com atividades e espaços segregados da gente grande, as crianças são como adultos em miniatura, adquirindo muito cedo habilidades básicas, como mexer com fogo sem se queimar ou com facas sem se cortar. É comum ver-se mães chegarem à aldeia com suas cestas abarrotadas, seguidas por uma filha pequena carregando sua cesta miniatura também cheia: umas bananas, umas poucas raízes de mandioca, uns poucos pedaços de lenha.

Por sua vez, os pais ajudam os meninos a fazer arcos e flechas de brinquedo, com os quais desenvolvem força e pontaria. Às vezes, passarinhos caçados são preparados pelos próprios caçadores mirins que não escondem o orgulho pela façanha.

Quando chegam à idade adulta, restam aos jovens poucos mistérios da vida cotidiana para serem desvendados. Embora o processo de aprendizado cultural continue até à velhice, a eficiência necessária para sobreviver é adquirida nos primeiros dez anos da vida de uma pessoa.

O convívio entre os Yanomami

Alcida Ramos

Apesar da quantidade de dialetos que despontam praticamente em cada vale, há uma grande compreensão entre eles e até entre línguas Yanomami distintas, o que permite haver um bilinguismo parcial, em que é possível entender-se uns aos outros sem se falar a língua ou o dialeto uns dos outros.

Essa riqueza de dialetos traz para o vocabulário de cada comunidade palavras e expressões que coexistem com outras de significado aparentemente idêntico. Parte dessa riqueza linguística são os diálogos cerimoniais, contextos intercomunitários por excelência, onde as relações entre as aldeias tomam, às vezes, cores dramáticas. Esses diálogos ocorrem quando chegam visitas.

A visitação entre aldeias é constante, mas o termo "visitante" é pouco aplicado aos moradores de aldeias vizinhas com os quais o contato é muito intenso. Estes chegam sem alarde, acomodando-se no compartimento de alguém de quem são íntimos e são virtualmente ignorados durante alguns minutos, até que um mulher da casa lhes venha trazer algo para beber. Em contrapartida, os visitantes de aldeias mais afastadas têm uma recepção bem diferente. A desconfiança própria de pessoas distantes exige um ritual mais elaborado. Logo na chegada, um homem da aldeia anfitriã começa um discurso em que simula uma acusação de que os visitantes talvez pretendam agredir seus hospedeiros. Em resposta, um porta-voz dos visitantes afirma sua intenção de boa paz.

Depois, a noite é ocupada por pares de homens que se revezam, um de fora, outro do local. Eles discursam alternadamente, acorados e enroscados num tipo de abraço, em diálogos cerimoniais. Combina-se aí uma troca de notícias, com planos para o intercâmbio de bens.

Uma boa argumentação política ou uma troca econômica bem sucedida podem depender diretamente da habilidade de sobrepujar o adversário pela força do desempenho teatral, nesses diálogos cerimoniais. O treino nos duelos verbais vem desde criança, mas a perícia só é alcançada na idade madura. Um homem de prestígio é aquele que é bom na pajelança, no aconselhamento político e nas artes do diálogo cerimonial.

Ser líder de aldeia não implica em obrigar alguém a fazer o que não quer. Seu poder, compartilhado por toda comunidade, traduz-se na capacidade de persuasão e nunca de coerção. Daí, a importância da oratória como qualidade fundamental de um líder. A sua autoridade, mais do que tudo, emana do talento político para colocar seu conhecimento e sua experiência a serviço da comunidade.

O caçador competente, o conhecedor das minúcias do meio ambiente, o pajé que domina o conhecimento esotérico, tem mais meios do que os outros para orientar os seus companheiros na melhor escolha para o local de uma nova aldeia, para instalar um novo acampamento na mata ou para



garantir o bem estar da comunidade, com a proteção de seus espíritos auxiliares.

Ele sugere e pode, em última instância, decidir quando e onde vai ocorrer uma caçada ou pescaria comunitária, ou uma visita coletiva a outra aldeia, mas essa decisão vem depois do assunto ter sido discutido e aprovado por todos. O líder, enquanto tal, não controla as atividades individuais de ninguém. As pessoas vão e vêm, transitam pela aldeia e entre aldeias vizinhas, engajam-se em trocas, em casamentos e em disputas pessoais, sem interferência de seu líder.

É no que se refere a ações propriamente coletivas que ele tem o que dizer. Ele fala e é ouvido. Mas, se forçar os limites desse poder, exigindo obediência cega, viram-lhe as costas. De forma discreta, sem pompa nem circunstância, o líder Yanomami exerce suas habilidades políticas em um aparente anonimato que só uma liderança segura pode permitir. Ele é mais um coordenador de atividades do que um chefe político. A sutileza da autoridade política Yanomami escapa facilmente aos hábitos truculentos de quem está acostumado a ver, na obediência cega, o único meio de garantir a ordem.

As cerimônias em homenagem aos mortos atraem grandes quantidades de hóspedes de aldeias próximas e distantes. Podem durar 10 dias ou mais, incluindo caçadas coletivas, feitas pelos anfitriões e pelos visitantes, muitas danças, pajelança, pranto generalizado, brincadeiras, jogos e desafios, com ou sem sentido sexual.

O ponto alto do ritual é a comunhão com as cinzas dos ossos carbonizados do morto que estiveram solenemente guardadas em cabaças lacradas desde a cremação, esperando que a cerimônia fosse realizada. Essa comunhão dos restos mortais aplaca o fantasma do morto. O abandono de um cadáver à predação de animais ou de inimigos causa terror aos Yanomami, daí o grande cuidado que eles têm para com os seus mortos, pois do contrário seria interrompido o grande ciclo da vida além da morte.

É durante essas cerimônias mortuárias que aldeias inteiras se reúnem. São ocasiões para a troca de notícias e de objetos, para casamentos, refeições abundantes em comum, definição de alianças políticas e resolução das divergências.

A vida dos Yanomami ameaçada de extermínio

Dermi Azevedo

Na desenfreada corrida ao ouro e a outros minérios do subsolo amazônico, os Yanomami - um dos mais numerosos povos indígenas brasileiros - estão encurralados e ameaçados de genocídio. Dia após dia, eles estão sendo violentados na sua cultura milenar, submetidos à manipulação pelo Estado, e cooptados pelos invasores.

Pelo menos 150 pequenos aviões pousam, todos os dias, em pistas clandestinas ou extremamente precárias, no território Yanomami - na fronteira do Brasil com a Venezuela - no avanço incontido de uma questionável "civilização" e de um duvidoso "desenvolvimento econômico", sinônimos de morte, de extermínio de um povo.

Uma sociedade de contato recente

Um dos únicos povos indígenas brasileiros ainda na fase de primeiros contatos com a sociedade envolvente, os Yanomami são cerca de 10 mil pessoas que vivem numa faixa contínua da fronteira do Brasil com a Venezuela, no chamado Maciço das Guianas. A tradição oral indígena e o relato das expedições científicas enviadas a essa região, desde o século 18, comprovam a presença Yanomami nessa área, muito antes da definição dos limites dos Estados nacionais.

O processo de invasão

Em etapas diferenciadas, os Yanomami - como sempre aconteceu com os povos indígenas - passaram a ser submetidos a um violento processo de invasão de suas terras, de sua cultura, acompanhado pela devastação da natureza. Uma das primeiras invasões maciças de garimpeiros começou a partir dos anos 70, em pleno apogeu do "milagre" brasileiro, durante a ditadura militar.

O início da construção da Rodovia Perimetral Norte (Br 210) - com recursos do Programa de Integração Nacional, do governo Médici - abriu caminho para o avanço das empreiteiras e dos peões. Ao longo da rodovia, que corta a área Yanomami em sua parte sudeste, os Yanomami passaram a ser afetados pelas doenças levadas pelos invasores, tais como o sarampo, a gripe, a tuberculose, a malária e as doenças venéreas.

Há muitos exemplos documentados sobre as conseqüências do impacto negativo da construção da Perimetral Norte sobre a população Yanomami. Em 1977, uma epidemia de sarampo matou 55% da população de quatro aldeias (68 índios) na região do rio Catrimani. Numa área vizinha - a do rio Ajarani - o contato repentino e maciço dos Yanomami com os trabalhadores da estrada resultou na morte de 22% dos moradores das aldeias indígenas mais próximas.



Em 1974, a população da área do Ajarani era de 102 índios, número este que diminuiu para 66, em 1984 e para apenas 30, em 1988. Paralelamente, 24 Yanomami morreram, em poucos meses, há dois anos, nas proximidades do rio Padauari, como resultado de surtos de malária.

Em 1987, a **Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY** verificou a grave situação de saúde dos Yanomami da região de Ericó. Em uma população de 280 índios, aconteceram 15 mortes entre 1985 e 1986, em consequência do contato com os garimpeiros do garimpo Santa Rosa. Nos primeiros sete meses de 1987, a **CCPY** registrou 280 casos de gripe numa população de 320 índios, perto do posto indígena de Surucucus. Já os índios em contato com os construtores da Vila Militar - parte das instalações do Projeto Calha Norte, em Surucucus - sofreram as consequências de muitas gripes, com vários óbitos. Estes 19 anos - de 1970 até agora - têm sido, portanto, marcados pela progressiva destruição de todo um povo, apesar dos protestos nacionais e internacionais. Segundo outros dados da **CCPY**, em 1973, 13 aldeias Yanomami - entre os km 40 e 105 da Perimetral Norte - foram reduzidas a apenas oito pequenos grupos de famílias maltrapilhas e vivendo precariamente à beira da estrada.

A cobiça de ouro acima de tudo

Em 1975, o Projeto Radam-Brasil, de aerofotogrametria, revela a existência, em território Yanomami, de minerais estratégicos e preciosos, como o ouro, a cassiterita e materiais radioativos. Intensifica-se, a partir de então, a corrida ao Maciço das Guianas, enquanto toda essa região é apontada como o novo "Eldorado" para as empresas privadas brasileiras e transnacionais e para o próprio Estado.

Bem antes dessa data, no entanto, todo o território brasileiro já vinha sendo loteado pelas empresas e grandes grupos mineradores, estimulados por um Código de Mineração feito à medida dos interesses privados. Hoje, não somente a área Yanomami, mas também a maior parte do subsolo brasileiro, onde quer que existam recursos minerais, estão loteados em dezenas de milhares de áreas para pesquisa e lavra minerais. É uma imensa reserva de mercado, acima de qualquer outra consideração, principalmente, acima da vida de quem habita sobre esse subsolo.

Dados do antigo Ministério da Ciência e Tecnologia indicavam que, no ano passado, os grupos econômicos da mineração detinham, na Amazônia Legal, uma área bloqueada de nada menos de 1.3 milhões de quilômetros quadrados, correspondendo a 80% de toda a área requerida para mineração no Brasil.

O número total de lotes reservados na Amazônia era, em 1988, de 23.929, sob o controle de empresas de capital estrangeiro (41%), de capital privado brasileiro (36%) e de capital estatal (23%). Entre as transnacionais interessadas no subsolo amazônico, encontram-se a BP-Brascan, a sul-africana Anglo-American e a Inco-Metals. Entre os principais grupos privados brasileiros, incluem-se a Paranapanema, a Brumadinho, a Best e a Monteiro Aranha/Dias Leite. Já entre as estatais, destacam-se a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Até abril de 1986, haviam sido concedidos 537 alvarás de pesquisa sobre terras indígenas na Amazônia e outros 1732 requerimentos aguardavam deferimento, segundo pesquisa do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage). Dados do CNPq indicam, também, que os grupos estrangeiros detêm interesses e reserva de mercado sobre 38% do subsolo brasileiro, enquanto os grupos nacionais controlam 35% e as empresas estatais, 27%.

Estado eminentemente indígena, Roraima tinha, em 1986, 640 parcelas do seu subsolo bloqueadas pelas empresas de mineração, conforme dados do Cedi/Conage. A ocorrência de cassiterita na Serra de Surucucus, conhecida desde junho de 1975 e situada em plena área Yanomami, é um dos alvos mais visados pelas grandes empresas mineradoras e pelos

garimpeiros. Surucucus possui, também, ouro, minerais radioativos e terras raras. No Estado de Roraima, a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA) interessa-se, desde os anos 70, em explorar os minérios nas terras Yanomami, através de processos semi-mecanizados, que são compatíveis com a extração de ouro de aluvião. Isso significaria a continuação da situação atual, de invasão das terras Yanomami.

Hoje, os invasores avançam sobre todo o território Yanomami e, inclusive, reconstróem as pontes da semi-destruída Perimetral Norte, na corrida desenfreada aos minérios e à riqueza, custe o que custar. Ano após ano, a tragédia assume novos contornos:

Em 1985, a Serra de Surucucus é novamente invadida, com aviões, armas e apoio logístico de fazendeiros e garimpeiros. Os responsáveis foram expulsos, mas permanecem impunes.

Em 1987, verifica-se uma nova onda de invasões. Conflitos entre garimpeiros invasores e Yanomami provocam várias mortes. No Congresso Constituinte, as empresas mineradoras formam o seu grande "lobby" anti-indigenista que enfrenta, porém, a resistência dos próprios índios e de seus aliados.

Em 1988, o quadro torna-se ainda mais grave. O próprio governo afirma a existência, em território Yanomami, de cerca de 45 mil garimpeiros. O governo do Estado de Roraima foi entregue a Romero Jucá, ex-presidente da Funai, homem de confiança das mineradoras e dos empresários do garimpo.



A invasão geopolítica

O Estado brasileiro atua, paralelamente, como padrasto dos índios. A imprensa descobre, em 1986, detalhes sobre o Projeto Calha Norte, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro de critérios geopolíticos. Sob o pretexto de defender as fronteiras brasileiras, os autores do projeto desenvolvem a fantasiosa teoria da "criação" de um "estado Yanomami" na fronteira Brasil/Venezuela e logo começam a investir em infra-estrutura militar na região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

De acordo com documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Calha Norte "cria segurança para investimentos do grande capital na fronteira amazônica, integrando-a economicamente ao resto do país". É o guarda-chuva estatal para o avanço do capitalismo transnacional e brasileiro na Amazônia, atuando como um rolo compressor sobre as populações indígenas.

Dividir para destruir

Os Yanomami vivem numa área contínua de aproximadamente 10 milhões de hectares, desde épocas remotas. Mas a tentativa de isolá-los e separá-los em "ilhas", obedecendo a objetivos geopolíticos, é um dos componentes do processo de invasão de seu território, desde os anos 70.

Em fevereiro deste ano, o presidente José Sarney assinou nada menos de 19 decretos que dividem a área contínua dos Yanomami em 19 parcelas. Esses decretos reduzem o território Yanomami em 70%, com relação às terras por eles permanentemente ocupadas. Além dessa drástica redução, o que sobrou foi retalhado em 19 "ilhas", totalmente inadequadas para a sobrevivência desse povo.

Essa decisão está ligada a iniciativas anteriores, voltadas para pulverizar a população Yanomami, facilitando a invasão de suas terras tradicionais. Para a Igreja e as entidades de apoio aos índios, a demarcação da terra Yanomami em áreas descontínuas significa a sentença de morte para este povo.

Com isso, corta-se o acesso dos índios Yanomami a áreas mais extensas, de que precisam para a caça, a pesca e para os seus deslocamentos periódicos, necessários à regeneração ecológica das suas terras.

Ao mesmo tempo, a coesão e a identidade dos Yanomami ficarão irremediavelmente atingidas, já que, vivendo em

"ilhas", terão dificuldades para continuar seus contatos econômicos, cerimoniais e inclusive, matrimoniais. Isolados, os Yanomami ficarão mais expostos ainda às doenças infecciosas e à cooptação levada pelos "civilizados".

A destruição da natureza

Ao receber recentemente, em Brasília, o Prêmio Global 500, das Nações Unidas, Davi Yanomami afirmou que "o homem branco está andando no escuro e está cego pelo brilho do ouro e, por isso não enxerga a gente". Ele disse, também, que os Yanomami estão morrendo por causa da invasão de suas terras e que os invasores "estão envenenando e sujando os igarapés, derramando mercúrio, acabando com os rios, matando a natureza". Davi lembrava que essa destruição "não é boa, nem para os índios, nem para os brancos".

Os garimpos utilizam o mercúrio que contamina as águas. Formam-se, também, grandes poças d'água, focos de mosquitos transmissores de doenças, especialmente a malária. Todo o ecossistema do Maciço das Guianas está comprometido. Este comprometimento atinge todo o Estado de Roraima e toda a sua população, indígena e branca.

A tragédia que afeta os Yanomami e outros povos indígenas brasileiros vai confirmando, na prática, as afirmações tristemente feitas em várias oportunidades por importantes funcionários do Estado:

"Sou de opinião de que uma área rica como essa, com ouro, diamante, urânio, não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o desenvolvimento" (ex-governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, 1975).

"Vamos procurar cumprir as metas fixadas pelo presidente Geisel, para que, através de um trabalho concentrado de vários ministérios, daqui a 10 anos possamos reduzir, para 20 mil, os 220 mil índios existentes no Brasil, e para que, daqui a trinta anos, todos eles estejam devidamente integrados na sociedade nacional" (Rangel Reis, ministro do Interior, 1976).

"A palavra índio, longe de expressar uma origem, expressa unicamente uma condição social inferior, uma maneira de vida primitiva, como os favelados do Rio de Janeiro, os moradores dos mocambos de Recife" (Major Brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira, 1978).

Uma ação urgente

Todos os brasileiros e cidadãos e cidadãs do mundo comprometidos com a causa da justiça e da paz, têm que desenvolver uma ação urgente para evitar que os Yanomami desapareçam. E para impedir que sua identidade, sua cultura, sua vida sejam irremediavelmente desfiguradas.

Neste sentido, precisamos unir esforços em torno de pelo menos quatro medidas:

1. A urgente demarcação da terra tradicionalmente ocupada pelos Yanomami, numa área contínua, respeitando seu "modus vivendi", com base na Constituição brasileira;
2. A revogação imediata dos dezenove decretos presidenciais, de 19 de fevereiro de 1989, por significarem a destruição física e cultural dos Yanomami;
3. A retirada imediata e definitiva dos garimpeiros que ocupam as áreas Yanomami;
4. Responsabilizar criminalmente todos os que favorecem o genocídio dos Yanomami ou se omitem na adoção de medidas para evitar esse crime.

Finalmente: A CCPY jamais se posicionou ou tomou partido em favor de políticas e medidas que significassem ferir a soberania brasileira e a integridade do nosso território. Elas têm que ser respeitadas e asseguradas.

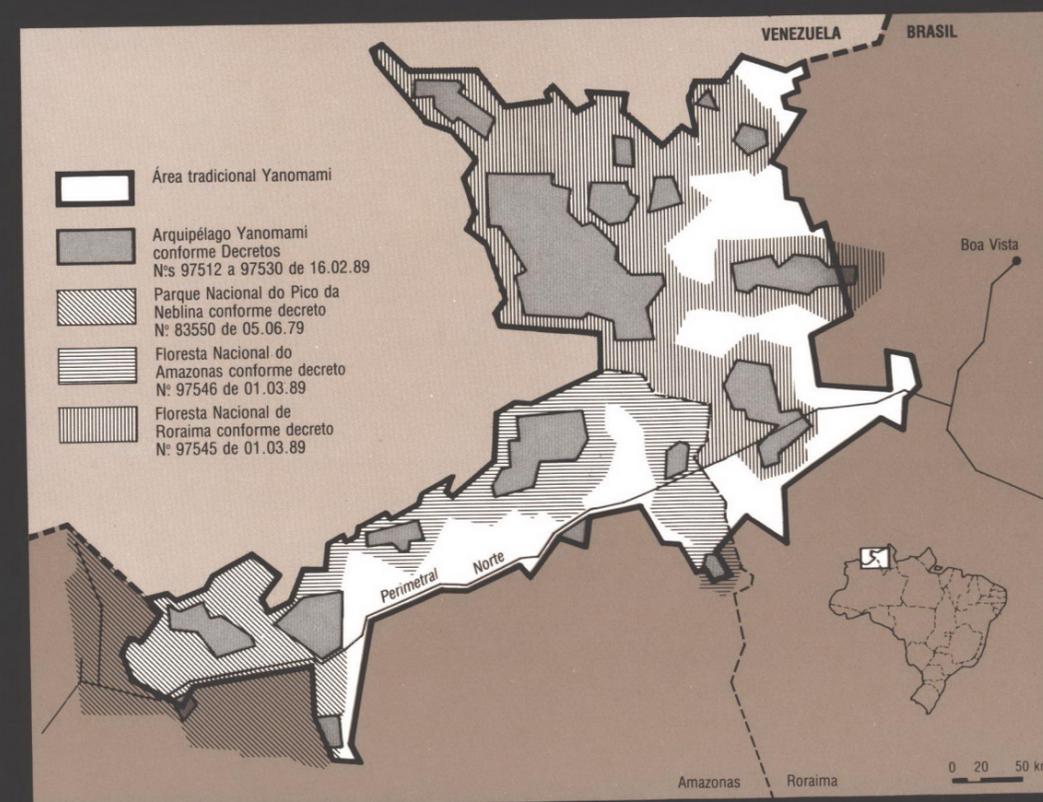
Relativamente ao povo Yanomami e a outras comunidades indígenas, postulamos o que determina a nova Constituição que, pelo parágrafo 3º, do artigo 231, Capítulo VIII - Dos Índios, declara:

"O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação no resultado da lavra, na forma da lei."

Esta é a forma moderna, democrática e compatível com os direitos humanos de se equacionar soluções que atendam as necessidades das minorias indígenas, que no Brasil, desde a descoberta, em 1500, vêm sendo dizimadas e colocadas frente a situações dramáticas e irreversíveis e diante de fatos consumados que significam apenas uma coisa: a morte e a miséria.

Mapa do Território Yanomami

Elaborado pela equipe PIB/CEDI e CCPY - 1988



Sou índio mais feliz

Davi Kopenawa Yanomami

Com esse prêmio da ONU fiquei mais forte. Os brancos, ajudando a mim, me dão coragem para qualquer briga. Sou um índio mais feliz que os outros. Meus parentes são muitos, mas são poucos que falam português. Na minha tribo Yanomami somos atrasados, somos primitivos, lá todo mundo anda nu. Tem só uns dez ou vinte que falam português. Muitos têm medo de lutar contra os garimpeiros, os fazendeiros, os brancos. Eu não, eu não tenho medo. Porque nasci para defender meu povo. Não nasci para ficar na cidade. Me criei no mato, nunca saí do meu lugar, onde meus pais nasceram, se criaram.

Não faço como os brancos, que saem daqui pra lá, vão a Roraima, fazendo barulho, fazendo maior bagunça lá, criando problema. Os Yanomami não fazem isso, os Yanomami têm respeito. Não têm estudo, mas andam na linha. A Funai pra mim já morreu. Só ficou nome da Funai. Primeiro Funai tinha força para ajudar índio, agora tá do lado dos garimpeiros. A Funai esqueceu dos índios, por causa do ouro. Muitos meus parentes não sabem que ganhei prêmio. Nós somos tão espalhados... não tem comunicação. Só vão saber quando eu chegar. Mas tem outros parentes muito preocupados de mim. Os pajés que trabalham pra proteger mim estão muito preocupados. Porque sou filho único pra defender povo Yanomami.

Então pajés tão fazendo trabalho pra não acontecer pra mim o que aconteceu Chico Mendes. Tem os guerreiros também que

estão ao lado de mim, cuidando. Se garimpeiros quiser fazer matança de mim no mato, na aldeia, eles também não escapam não. Eles podem escapar na cidade, porque índios não vão lá. Mas na aldeia, não escapam. É bom que fiquem sabendo.

Agora nós tamos quietos. Mas se garimpeiros, se brancos, forem mexer com nós vai ser pra matar e morrer. Daí morre índio, morre branco, morrem todos. Tem que respeitar os índios. Nós estamos respeitando branco. Conheço vocês, falo língua de vocês, não sou contra os garimpeiros. Sou contra a garimpagem porque deixa buraco, estraga rio e igarapé. Os Yanomami não fazem isso, cortar terra, cortar árvore, queimar floresta. Nós não ser inimigo da natureza. Somos amigos da natureza porque vivemos lá na selva. Ela é que cuida da nossa saúde. Lá não faz calor porque tem árvore alta. Aqui não tem pau alto, por isso vocês têm que ficar comprando ventilador. Omami (Deus) deu a terra pra gente viver nela. não pra vender. Branco vende, vai pra outro lugar. Índio não faz isso.

Não estou satisfeito porque brancos me deram esse prêmio. Estou e não estou. Porque os meus parentes estão morrendo. Antes não acontecia isso, os Yanomami não sabiam que os brancos iam fazer mal pra gente. Agora os peixes estão sofrendo, os rios tão acabando. Os brancos também tão sofrendo lá. Índio e branco, branco pobre e branco rico.



Porque a doença não tem medo, ela mata qualquer um, pode ser rico, pode ser brabo, pode ser grande.

O governo brasileiro vai ter que ajudar para parar isso aí. Se ele deixar invadir esse pedacinho do Brasil, não vai ter outro igual a essa área Yanomami. A minha é a última terra pra invadir, é a última invasão. Depois do índio sofrer, o branco vai sofrer também. Aí vai chegar a guerra entre vocês: venezuelanos e brasileiros vão brigar, vocês vão ver. O meu trabalho é pra frente, eu não penso só no hoje não.

Eu sabia que os garimpeiros iam chegar na minha área, eu sabia tudo. Eu sabia que a Funai ia abrir mão pros garimpeiros invadirem. Os índios pediam pra retirar os garimpeiros e a Funai não tomava providência. O branco diz que o Brasil vai melhorar, mas tá piorando. Os brancos tão sofrendo também, os pobres. Não tão sofrendo? Não tem terra pra plantar, não tem terra pra viver. O governo quer tudo só pra ele. Não devia estar fazendo isso não. Devia dar pros pobres também. Eles acham que quando morrerem vão poder levar tudo isso junto com eles? Não. Vão ter de deixar. Esse é o meu pensamento, esse é meu trabalho. Era só isso que queria dizer.

(Rosana Bond, Agência Estado, Brasília)

A CCPY montou esta exposição em favor do povo Yanomami, com a colaboração das seguintes entidades:

Ação pela Cidadania, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, Conselho Indigenista/Missionário - CIMI, Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI/SP, Centro de Trabalho Indigenista - CTI, Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos e MASP - Museu de Arte de São Paulo.

Colaboraram diretamente na realização da exposição:

Ailton Krenak, Coordenador da UNI - União das Nações Indígenas; *Abel de Barros Lima e Carlos Alberto Ricardo*, no planejamento; *Alcida Ramos e Bruce Albert*, antropólogos; *Ari Osvaldo de Andrade, Daniela Hart e Lucia Prado*, na divulgação; *Carlo Zacquine*, em informação e comunicação; *Claudete Nanni*, na secretaria; *Dan Fialdini*, do Departamento de exposições do Masp; *Dermi Azevedo*, na redação de textos; *Fernando Mascaro e Roberto Strauss*, no planejamento visual de catálogo, cartaz, convite e painéis; *Jefferson da Costa*, no áudio-visual; *Marlui Miranda*, na sonoplastia e *Rosel Stroianov*, na montagem de painéis. *Claudia Andujar* coordenou os trabalhos e realizou o audiovisual

Agradecimentos especiais:

Dom Aldo Mongiano, bispo de Roraima; *Glauco Pinto de Moraes*, da Comissão Teotônio Vilela; *Jacques Schiltknecht*, médico; *Marcos e Jorge Terena*, da UNI - União das Nações Indígenas; *Dom Luciano Mendes de Almeida*, Presidente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; *Márcio Tomás Bastos*, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; *Pietro Maria Bardi e Fábio Magalhães*, do MASP; os Deputados Federais *Fábio Feldman e Plínio de Arruda Sampaio*. *Marcio Santilli*, consultor no Congresso Nacional; *Marcos Santilli*, fotógrafo; *Carlos Frederico Marés de Souza Filho*, consultor jurídico;

E, finalmente, o Senador *Severo Gomes*, autor do Projeto de Criação do Parque Yanomami e grande defensor da causa Yanomami no Congresso Nacional.

Contamos ainda com o apoio das empresas:

Exitus Fotolito, Fotoptica, Plásticos Plavinil, Raízes Editora e Syncrotape Sistemas Eletrônicos.



A Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) é uma entidade brasileira, independente e sem finalidade lucrativa. Fundada em 1978, seus objetivos principais são a criação de um Parque Indígena para os Yanomami e a defesa dessas comunidades frente às ameaças contínuas à sua cultura e sobrevivência.

A **CCPY** recebe a colaboração de centenas de pessoas e entidades, no Brasil e no exterior. É dirigida por um Conselho de sete membros fundadores.

CCPY
Comissão pela Criação do Parque Yanomami
Rua Manoel da Nóbrega 111 - 3º andar - Cj. 32
04001 São Paulo SP
Telefone: 289 1200 284 6997